

Saúde mental dos profissionais da segurança pública no Brasil: um estudo transversal

Mental health of public security professionals in Brazil: a cross-sectional study

Vinícius Eduardo Gasparetto

Vinícios Junior Polli

Ana Cristina Acorsi¹

Rodrigo Silva Lacerda²

André Felipe Nunes da Silva³

Samuel Spiegelberg Zuge⁴

RESUMO

No contexto da Segurança Pública, que no Brasil é composta por instituições civis (Polícias Civil, Federal, Rodoviária Federal e Guardas Municipais) e militares (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros), os profissionais enfrentam situações adversas que acarretam desgastes físicos e emocionais, comprometendo o seu contexto de vida pessoal, social e familiar. Este estudo teve como objetivo analisar as consequências decorrentes do estresse ocupacional dos profissionais que atuam na Segurança Pública, considerando também a influência do contexto familiar na estabilidade emocional e o impacto do estereótipo militar na adesão a terapias farmacológicas e não farmacológicas. Trata-se de um estudo transversal, baseado na aplicação de um questionário via Google Forms, com profissionais da segurança pública. Participaram 408 profissionais da Segurança Pública no Brasil. Verificou-se alta prevalência de sintomas de ansiedade, depressão e estresse (66,7%), além de manifestações como cansaço, irritabilidade e sintomas de Burnout. Entre os participantes, 25,9% relataram uso de medicação e 59,1% utilizavam intervenções complementares ao uso de fármacos, como atividade física, psicoterapia e práticas integrativas. Evidenciou-se que o estigma relacionado à saúde mental e a cultura organizacional dificultam o cuidado, embora muitos ainda busquem apoio psicológico. O contexto familiar foi considerado, majoritariamente, um fator protetivo, mesmo diante do impacto negativo do trabalho sobre a dinâmica familiar. Conclui-se que as condições laborais exercem influência direta sobre a saúde mental desses profissionais, reforçando a necessidade de estratégias institucionais que promovam suporte psicológico e melhorias no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: adoecimento psíquico; medicalização; profissionais de segurança.

ABSTRACT

In the context of Public Security, which in Brazil is composed of civil institutions (Civil Police, Federal Police, Federal Highway Police, and Municipal Guards) and military institutions (Military Police and Fire Departments), professionals are exposed to adverse situations that lead to physical and emotional strain, compromising their personal, social, and family life. This study aimed to analyze the consequences of occupational stress among Public Security professionals, also considering the influence of the family context on emotional stability and the impact of the military stereotype on adherence to pharmacological and non-pharmacological therapies. This is a cross-sectional study based on the application of a questionnaire via Google Forms, targeting public security professionals. A total of 408 professionals from Brazil participated. A high prevalence of symptoms related to anxiety, depression, and stress was observed (66.7%), along with manifestations such as fatigue, irritability, and signs of burnout. Among the participants, 25.9% reported the use of medication, and 59.1% reported using complementary interventions to pharmacological treatment, such as physical activity, psychotherapy, and integrative practices. The study revealed that mental health stigma and organizational culture act as barriers to care, although many professionals still seek psychological support. The family context was predominantly considered a protective factor, even in the face of the negative impact of work on family dynamics. It is concluded that working conditions have a direct influence on the mental health of these professionals, reinforcing the need for institutional strategies that promote psychological support and improvements in the work environment.

Keywords: psychiatric illness; medicalization; security professionals.

¹ <http://orcid.org/0000-0003-0771-5298/>

² <http://orcid.org/0009-0009-5405-3910/>

³ <http://orcid.org/0000-0002-1997-2825/>

⁴ <http://orcid.org/0000-0002-0420-9122/>

1 INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho dos profissionais da Segurança Pública, composta por instituições civis (Polícias Civil, Federal, Rodoviária Federal e Guardas Municipais) e militares (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros), é caracterizado por situações de elevada tensão, marcadas pela imprevisibilidade, violência, e exposição constante ao risco, fatores estes que podem gerar impactos físicos e emocionais significativos. Tais condições repercutem negativamente na esfera pessoal, social e familiar desses trabalhadores, contribuindo para o adoecimento psíquico (Mombelli et al., 2023). A literatura aponta que esses profissionais apresentam maior propensão ao desenvolvimento de transtornos mentais, tais como a Síndrome de Burnout, distúrbios do sono, transtornos osteomusculares, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) (condição mental que pode se desenvolver após a exposição a eventos traumáticos, caracterizada por sintomas como revivência persistente do trauma, esquiva de estímulos associados, alterações negativas em cognições e humor, e hiperexcitação fisiológica), uso abusivo de substâncias, sintomas depressivos, quadros ansiosos e ideação suicida (Coimbra; Ferreira; Araújo, 2020). De modo específico, tem-se observado uma incidência de TEPT entre bombeiros e outros profissionais de emergência, que supera significativamente a prevalência observada na população geral (Lima; Assunção; Barreto, 2015).

Diante desta perspectiva, a saúde mental, segundo definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), é entendida como um estado de bem-estar, no qual o indivíduo reconhece suas habilidades, consegue lidar com os estressores cotidianos, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade (WHO, 2022). Entretanto, este conceito envolve uma construção multifatorial e dinâmica, que transcende a ausência de transtornos mentais, resultante da interação complexa entre fatores biológicos, psicológicos e sociais, devendo ser compreendida como um fenômeno integrado e situado historicamente (Alves; Rodrigues, 2010).

Os profissionais da Segurança Pública, especialmente aqueles vinculados à estrutura militar, atuam sob constante estado de alerta e prontidão, respondendo a demandas emergenciais e imprevisíveis que exigem ação imediata. Essa atuação em situações extremas impõe um elevado grau de responsabilidade e cobrança, somado à necessidade de domínio de competências éticas, técnicas e teóricas, indispensáveis à execução eficaz e segura de suas atribuições (Mombelli et al., 2023). A esses desafios somam-se fatores como a pressão social, a rigidez hierárquica, o estigma institucional relacionado à saúde mental e as dificuldades de acesso e adesão a terapias, sejam elas farmacológicas ou alternativas.

Para além disso, observa-se que o estado de saúde mental desses profissionais ainda está intrinsecamente

relacionado ao suporte familiar, à estabilidade financeira, às relações interpessoais no ambiente de trabalho e ao impacto de estereótipos sociais e institucionais. As jornadas extensas, a natureza das ocorrências atendidas e o estresse crônico contribuem da mesma forma para a vulnerabilidade psíquica, e, ainda que o sofrimento mental seja presente, ele é frequentemente silenciado ou negligenciado, sobretudo entre os profissionais de perfil militar, um grupo ainda sub-representado na produção científica sobre o tema.

Diante da elevada demanda imposta a esses trabalhadores, percebe-se ainda incipientes as políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental, à prevenção de transtornos psiquiátricos e à valorização do bem-estar (Silva; Parizotto, 2016). Assim como, a rigidez nas abordagens terapêuticas e a ausência de espaços de escuta e acolhimento colaboram para o agravamento do sofrimento psíquico (Nascimento et al., 2022).

Desta forma, este estudo parte da seguinte questão norteadora: como o ambiente de trabalho influencia a saúde mental dos profissionais da Segurança Pública? Assim, tem-se como objetivo geral analisar as consequências decorrentes do estresse ocupacional dos profissionais que atuam na Segurança Pública. E como objetivos específicos, verificar a influência do contexto familiar na estabilidade emocional e o impacto do estereótipo militar na adesão a terapias farmacológicas e não farmacológicas entre profissionais da Segurança Pública.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Método

Trata-se de um estudo quantitativo de cunho transversal. Optou-se por um método quantitativo de cunho transversal, pois essa abordagem permite mensurar, em um único momento, a frequência e a distribuição de sintomas e condições de saúde em determinada população. Esse delineamento possibilita identificar padrões e associações entre variáveis de interesse, oferecendo uma visão panorâmica da realidade investigada, ainda que sem estabelecer relações de causalidade (Medronho et al., 2024).

A população do estudo envolveu profissionais da Segurança Pública do Brasil, sendo incluídos os profissionais de ambos os sexos, com idade superior a 18 anos, de todos os possíveis setores das corporações de Segurança Pública do Brasil. No entanto, foram excluídos os profissionais que estavam em atestado laboral ou em afastamento no período da coleta.

A coleta de dados ocorreu por conveniência, sendo realizada no período de novembro de 2023 a julho de 2024, por meio do preenchimento individual e autoaplicável de um instrumento de pesquisa na plataforma Google Forms. A divulgação do instrumento de pesquisa foi realizada por meio do link do formulário, sendo disseminado via WhatsApp às diversas corporações. No estado de Santa

Catarina, optou-se também pela aplicação presencial do questionário, uma vez que os pesquisadores responsáveis pelo estudo residem nesse estado e possuem maior acesso às corporações locais. Essa proximidade facilitou a obtenção de autorizações institucionais, bem como o contato direto com os profissionais, garantindo uma maior adesão à pesquisa. Para assegurar que apenas profissionais da Segurança Pública respondessem ao questionário, foi utilizada uma listagem previamente disponibilizada pelas próprias corporações participantes.

O instrumento de pesquisa era composto por variáveis sociodemográficas, ocupacionais e relacionadas à saúde mental de profissionais da Segurança Pública no Brasil. As variáveis sociodemográficas incluíram: idade (em anos); número de filhos; estado civil; e presença de companheiro(a). Já, as variáveis ocupacionais contemplaram: o tempo de atuação na Segurança Pública (em anos); a corporação de origem (Bombeiro Militar, Polícia Militar ou outros); a unidade federativa; a carga horária de trabalho semanal; a existência de acúmulo de funções; e o exercício de outras atividades profissionais além da atuação militar. Por fim, no campo da saúde mental, investigaram-se: a presença de sintomas atribuídos ao ambiente ocupacional (como ansiedade, depressão, estresse e síndrome de Burnout); uso de medicamentos psicotrópicos (inclusive com registro de efeitos colaterais e abandono terapêutico); adesão a terapias não farmacológicas; percepção sobre estigmas, bullying (conjunto de comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, que ocorrem dentro de uma relação de poder assimétrica, nos quais a vítima é exposta de forma recorrente a situações de humilhação, intimidação ou exclusão) e preconceitos no ambiente de trabalho; além da influência do contexto familiar sobre o estado emocional. Também foram avaliadas as percepções subjetivas quanto aos fatores laborais associados ao desencadeamento de sofrimento psíquico, bem como os elementos percebidos como impeditivos para o desempenho profissional de excelência.

Diante das informações coletadas, os dados foram exportados e tabulados em um banco no Microsoft Excel e analisados por meio do software SPSS, version 20.0. Para a análise, foi realizada a avaliação da média e do desvio padrão para dados contínuos, e das frequências absoluta e relativa para os dados categóricos.

Destaca-se que este estudo respeitou todos os preceitos éticos da Resolução 466/2012, sendo apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Unochapec. Em relação às variáveis ocupacionais, 53,9% eram Bombeiros, sob CAEE n. 74786223.7.0000.0116.

2.2 Resultados

Participaram do estudo 408 profissionais da Segurança Pública do Brasil, sendo que 81,1% eram do sexo masculino, com idade média de 37,9 anos (+/- 6,0 anos). Além disso, 87,5% apresentavam um(a) companheiro(a) e 66,9% tinham filhos (média 1,74 (+/- 0,8 filhos).

Em relação às variáveis ocupacionais, 53,9% eram Bombeiros Militares, 45,1% Policiais Militares e 0,9% outros profissionais que atuavam na Segurança Pública (agentes penitenciários, peritos criminais e escrivães). Além disso, os profissionais apresentavam uma média de 13,9 anos trabalhados (+/- 6,9 anos).

Os profissionais da Segurança Pública eram em sua maioria lotados no estado de Santa Catarina (72,8%), uma vez que a adesão na participação da pesquisa foi melhor por ser de forma presencial, seguido de São Paulo (19,1%) e Minas Gerais (2,7%). Os demais estados representam 5,4%, sendo eles: Pará; Rio de Janeiro; Roraima; Bahia; Paraná; Rio Grande do Norte; e Paraíba.

Com relação à presença de sintomas associados ao ambiente ocupacional, 66,7% dos participantes relataram manifestações compatíveis com quadros de estresse, ansiedade ou depressão. Para os militares que afirmaram vivenciar tais condições, os principais sinais e sintomas referidos foram: desgaste físico e emocional; cansaço intenso; angústia; agressividade; irritabilidade; preocupação excessiva; distúrbios do sono; impaciência; e dificuldade de concentração.

No que se refere ao tratamento dos transtornos mencionados, 25,9% dos profissionais relataram fazer uso atual ou pregresso de medicamentos psicotrópicos. Entre esses, 12,9% afirmaram ter vivenciado efeitos colaterais adversos, sendo que 7,8% interromperam o tratamento em decorrência dessas reações.

Quanto à adoção de abordagens terapêuticas não farmacológicas, a fim de minimizar os quadros de estresse, ansiedade ou depressão, 59,1% dos profissionais declararam já ter recorrido a algum tipo de intervenção complementar ao uso de fármacos. As principais terapias utilizadas pelos profissionais foram: atividade física (78,4%); psicoterapia (57,7%); lutas e artes marciais (25,3%); meditação (15,4%); pilates (14,1%); reiki (14,1%); acupuntura (10,8%); auriculoterapia (7,0%); yoga (5,0%); crioterapia (0,4%).

Ao serem questionados sobre a existência de estigmas sociais relacionados à profissão, 84,5% dos participantes afirmaram reconhecer essa realidade. Além disso, 74,1% relataram a presença de bullying, rivalidades interpessoais ou preconceitos no ambiente de trabalho, e 74,3% já vivenciaram diretamente algum desses episódios. Para 80,9% dos respondentes, tais experiências são percebidas como fatores desencadeantes de sofrimento psíquico, contribuindo para o desenvolvimento de estresse, ansiedade ou depressão. Ainda assim, 79,2% declararam que esses conflitos e formas de violência simbólica não os impedem de buscar apoio profissional, incluindo terapias e outras formas de cuidado em saúde mental.

No que se refere à sobrecarga de trabalho, 66,2% dos profissionais indicaram que frequentemente excedem o número de horas semanais previstas em sua escala. Ademais, 60,8% relataram acumular múltiplas funções durante o turno de serviço no próprio contexto militar, e 25% desempenham outra atividade profissional além da

atuação na Segurança Pública, revelando um cenário de intensa demanda laboral.

Buscando compreender a influência dos vínculos familiares sobre a saúde mental, observou-se que 82,3% dos respondentes consideram que o apoio familiar contribui positivamente para a redução do estresse, da ansiedade e da depressão relacionados ao trabalho. Em contrapartida, 14,2% relataram que o ambiente familiar, no contexto das exigências ocupacionais, atua como um fator agravante para o sofrimento psíquico. Paralelamente, 87,1% dos participantes afirmaram que as demandas laborais impactam diretamente sua vida pessoal, e 84,5% associam os sintomas psíquicos apresentados ao contexto profissional.

Por fim, os profissionais apontaram os principais fatores desencadeantes de estresse, ansiedade ou depressão que envolve o ambiente laboral: demandas de trabalho (83,6%); escalas de serviço (52,7%); instalação física inadequada da corporação (25,5%); utilização de viaturas durante o horário de serviço (17,6%); utilização excessiva de equipamentos (17,2%); e utilização de fardamento (15,4%).

2.3 Discussão

Os resultados deste estudo evidenciaram, de forma contundente, os impactos multifatoriais do ambiente ocupacional na saúde mental de profissionais da Segurança Pública. A predominância de homens no estudo é compatível com o perfil das corporações militares brasileiras, caracterizadas por estruturas ainda marcadamente masculinas. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que, em 2023, apenas 12,8% do efetivo das Polícias Militares e 14,5% dos Corpos de Bombeiros Militares eram compostos por mulheres, o que evidencia a baixa representatividade feminina nesse setor e as implicações psicossociais associadas à masculinização institucional (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

A elevada prevalência de sintomas como estresse, ansiedade ou depressão, bem como a coexistência dessas condições em parcela significativa dos participantes, evidencia um adoecimento silencioso, agravado por exigências laborais intensas, vivência contínua de situações de risco e tensões emocionais acumuladas. Assim, percebe-se que a relação entre o ambiente ocupacional estressante e o desenvolvimento de morbidades, como Síndrome de Burnout, distúrbios do sono, transtornos osteomusculares, TEPT, abuso de substâncias e sintomas depressivos (Coimbra; Ferreira; Araújo, 2020). Além disso, a exposição crônica a fatores de risco compromete diretamente a saúde mental, impactando a qualidade de vida e o desempenho profissional (Pinto; Radon; van Dijk, 2018).

Observa-se, por outro lado, uma tentativa ativa de enfrentamento do sofrimento mental, evidenciada pelo uso mais frequente de terapias não farmacológicas em relação

ao tratamento medicamentoso. Em estudo semelhante, realizado com bombeiros de Belo Horizonte, identificou-se elevada prevalência no uso de ansiolíticos, com destaque para os riscos de efeitos adversos, intoxicação e dependência. Assim como, práticas como psicoterapia, atividade física e outras abordagens integrativas foram apontadas como formas de enfrentamento, sugerindo a busca por estratégias de cuidado mais individualizadas e menos medicalizadas (Azevedo et al., 2019).

Outro aspecto relevante refere-se à influência dos estigmas institucionais e sociais no cotidiano laboral. A vivência de bullying, rivalidades interpessoais e preconceitos, associada à necessidade de manutenção de uma imagem de força e invulnerabilidade, contribui para a intensificação do sofrimento psíquico. O estereótipo do “herói militar”, baseado em atributos como coragem, disciplina e lealdade, está diretamente associado ao Ethos do Guerreiro, conceito oriundo da filosofia grega, que ainda orienta simbolicamente o perfil esperado dos profissionais de segurança (Oliveira; Romeu, 2019).

Apesar do contexto hostil, observou-se resiliência por parte dos profissionais, uma vez que a maioria afirmou não se sentir impedida de buscar apoio psicológico mesmo diante de estigmas. Essa disposição reflete uma ruptura parcial com a cultura do silêncio institucional, favorecendo a construção de espaços de escuta e acolhimento dentro das corporações (Nascimento et al., 2022).

A relação entre vida pessoal e ambiente de trabalho também se mostrou relevante. Os vínculos familiares foram apontados por grande parte da amostra como fator protetivo, sobretudo pelas conexões emocionais estabelecidas com os filhos. Em contrapartida, os impactos negativos do trabalho na esfera privada são expressivos: sensação de ameaça, dificuldade de convivência, afastamento de vínculos e sobrecarga emocional. Tais efeitos se estendem aos familiares, especialmente filhos, que demonstram ansiedade e insegurança em relação ao trabalho dos pais (Oliveira; Faiman, 2019).

As condições estruturais de trabalho também contribuíram de forma significativa para o adoecimento mental. Escalas extensas, instalações precárias, acúmulo de funções e o uso constante de equipamentos foram referidos como fatores estressores. A viatura, por sua vez, foi identificada como um elemento simbólico que remete à urgência, ao risco e à imprevisibilidade das ocorrências, funcionando como um reforçador da tensão e do estado de alerta contínuo (Oliveira; Moraes, 2021).

A sobrecarga laboral, manifestada pelo excesso de horas trabalhadas e pela dupla jornada, soma-se à crítica recorrente de que as instituições não oferecem suporte preventivo adequado à saúde mental de seus agentes. Em estudo com policiais, relatou-se a negligência institucional em relação à promoção do bem-estar e a ausência de políticas efetivas que antecipem o adoecimento psíquico (Oliveira; Faiman, 2019).

O apoio familiar constitui um dos principais recursos protetivos para a saúde mental dos profissionais

da Segurança Pública. O convívio com familiares, quando marcado por vínculos afetivos positivos, favorece a redução do estresse ocupacional, fortalece a resiliência psicológica e amplia a capacidade de enfrentamento diante das situações de risco inerentes à profissão. Além disso, famílias que compreendem as particularidades da atividade policial oferecem suporte emocional fundamental, minimizando sentimentos de isolamento e promovendo maior bem-estar subjetivo (Gomes et al., 2021).

Por outro lado, as demandas afetivas variam conforme o estado civil e a estrutura familiar dos profissionais. Aqueles que possuem cônjuges e filhos frequentemente relatam sobrecarga adicional, decorrente da necessidade de conciliar responsabilidades domésticas e cuidados familiares com jornadas exaustivas e riscos cotidianos do trabalho. Esse acúmulo pode potencializar sintomas de ansiedade, fadiga e conflitos conjugais, intensificando a pressão emocional. Em contrapartida, profissionais solteiros tendem a experimentar menor sobrecarga afetiva, mas não estão isentos de impactos negativos, pois muitas vezes enfrentam solidão e menor rede de apoio em situações de vulnerabilidade emocional (Natividade, 2009; Oliveira; Moraes, 2021).

Ainda assim, independentemente da configuração familiar, a conciliação entre vida pessoal e profissional permanece um desafio constante para os profissionais da Segurança Pública, uma vez que a rigidez das escalas, o trabalho em turnos e a imprevisibilidade das ocorrências comprometem o convívio familiar, reduzem o tempo de descanso e lazer e favorecem o adoecimento psíquico. Esses fatores, aliados à pressão hierárquica e à exposição contínua à violência, estão associados ao desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão, síndrome de Burnout e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Chiari, 2025). Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de políticas institucionais e intersetoriais que incluam programas de apoio psicossocial, ações preventivas e medidas de valorização da saúde mental, contemplando não apenas os profissionais, mas também suas famílias (Assis; Azevedo; Choucair, 2023).

A percepção de que o contexto laboral impacta diretamente na saúde mental foi amplamente compartilhada entre os participantes, que também identificaram as condições físicas do ambiente, a escala de trabalho e as exigências emocionais como fatores determinantes para o adoecimento. Essa constatação reforça a necessidade de condições mínimas e adequadas de trabalho para garantir não apenas a produtividade, mas, sobretudo, a integridade biopsicossocial dos profissionais (Baumgart et al., 2017; Mombelli et al., 2023).

Embora o presente estudo apresente limitações, como a abrangência geográfica restrita e possíveis vieses de resposta, seus achados contribuem para a compreensão das complexidades que envolvem a saúde mental dos profissionais da Segurança Pública. Esses dados fornecem subsídios relevantes para o fortalecimento de políticas institucionais e intersetoriais

voltadas à promoção da saúde mental, à prevenção do adoecimento e à construção de ambientes de trabalho mais acolhedores e sustentáveis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa podem evidenciar uma elevada percepção de sintomas de estresse, ansiedade e/ou depressão entre os profissionais da Segurança Pública, com manifestações como cansaço extremo, irritabilidade e distúrbios do sono. Tais sintomas estão fortemente associados às condições de trabalho marcadas por sobrecarga, múltiplas funções, escalas exaustivas, ambientes fisicamente inadequados e ao constante estado de alerta, simbolizado inclusive pelo uso da viatura durante o serviço. O sofrimento psíquico, embora muitas vezes naturalizado no cotidiano dessas corporações, manifesta-se de maneira clara e persistente, comprometendo a qualidade de vida e o desempenho profissional desses trabalhadores.

Infer-se que os vínculos familiares podem atuar como fatores de proteção frente ao sofrimento emocional, embora também sejam impactados negativamente pelas demandas laborais. A rigidez hierárquica e os estereótipos associados ao modelo militar, como a negação da fragilidade e a expectativa de força constante, ainda dificultam a busca por apoio especializado. No entanto, o dado de que a maioria dos participantes não se sente impedida de procurar ajuda revela avanços importantes na superação do estigma. A adesão significativa a terapias não farmacológicas também indica um movimento em direção a formas de cuidado mais integrativas, personalizadas e menos medicalizadas, apontando para a resiliência e a capacidade adaptativa desses profissionais diante de contextos adversos.

Diante desse cenário, pode ser adequado que políticas públicas e ações institucionais contemplem o cuidado integral à saúde mental dos agentes de segurança, com estratégias que envolvam apoio psicológico contínuo, condições adequadas de trabalho, revisão das escalas e melhorias nas relações interpessoais no trabalho. Ressalta-se, contudo, que pesquisas quantitativas não esgotam o tema, sendo necessários novos estudos, inclusive qualitativos, bem como a ampliação para outros estados do Brasil, a fim de aprofundar e equilibrar a compreensão sobre a saúde mental desses profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. A. M.; RODRIGUES, N. F. R. **Determinantes sociais e econômicos da Saúde Mental**. Revista Portuguesa de Saúde Pública. v. 28, p. 127-131, 2010.
- ASSIS, F. A. S.; AZEVEDO, L. M.; CHOUCAIR, B. S. **Saúde mental dos servidores das forças de segurança pública: um debate necessário também para o Ministério Público. Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial**

e Segurança Pública, Belo Horizonte: Ministério Público de Minas Gerais, p. 273-297, 2023.

AZEVEDO, D. S. da S. de; LIMA, E. de P.; ASSUNÇÃO, A. Á. **Fatores associados ao uso de medicamentos ansiolíticos entre bombeiros militares**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 22, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190021>.

BAUMGART, B. Z. et al. **Riscos ocupacionais e equipamentos de proteção em bombeiros da Brigada Militar**. Ciência & Saúde, v. 10, n. 1, p. 28, 2017. <https://doi.org/10.15448/1983-652X.2017.1.24399>.

CHIARI, M. J. S. **Entre o dever e o sofrimento: a saúde mental dos profissionais da segurança pública**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 6, p. 1601-1612, jun. 2025. <https://doi.org/10.51891/rease.v11i6.19809>

COIMBRA, M. A. R; FERREIRA, L. A.; ARAÚJO, A. P. A. Impactos do estresse na exposição ocupacional de bombeiros: revisão integrativa. Revista Enfermagem UERJ, [S.l.], v. 28, p. e52825, 2020. doi: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.52825>.

FERIGATO S. H.; CAMPOS R. T. O.; BALLARIN M. L. G. S. **O atendimento à crise em saúde mental: ampliando conceitos**. Revista de Psicologia da UNESP; v. 6, n. 1, p. 31-44, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Raio-x das forças de segurança pública do Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/237>. Acesso em 07 ago. 2024.

GOMEZ, V. A.; et al. **Conflito trabalho-família em segurança pública: uma revisão integrativa**. Revista do Sistema Único de Segurança Pública, v. 1, n. 1, p. 237-251, 2021. <https://doi.org/10.56081/2763-9940/revsusp.v1n1.a15>

HOCHMAN, B. et al. **Desenhos de pesquisa**. Acta Cirúrgica Brasileira, v. 20, p. 2–9, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-8650200500080000>.

LIMA, E. P.; ASSUNÇÃO, A. A.; BARRETO, S. M. **Prevalência de depressão em bombeiros**. Cadernos de Saúde Pública. v. 31, n. 4, p. 733-743, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053414>.

MEDRONHO, R. A.; et al. **Epidemiologia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa Nacional sobre a Valorização do Profissional de Segurança Pública**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/>

seguranca-publica/pro-vida/relatorio_final_projeto_senasp_unb_1_pdf.pdf. Acesso em 11 ago. 2024.

MOMBELLI, M. A. et al. **O que há por trás da farda? Experiência profissional de Bombeiros Militares**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 960-976, 2023. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i1.8322>.

NASCIMENTO, J. C. P. et al.. **Análise do transtorno do estresse pós-traumático em profissionais emergencistas**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 35, p. eAPE03232, 2022. <https://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO03232>.

NATIVIDADE, M. R. DA. **Vidas em risco: a identidade profissional dos bombeiros militares** Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 3, p. 411–420, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300015>.

NUMMER, F.; CARDOSO, I. **Estigma do adoecimento na polícia militar do Pará**. Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais, 1(49), p. 227–245, 2019. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.34999>

OLIVEIRA, K. T.; MORAES, T. D. **Saúde mental e trabalho em profissionais do corpo de bombeiros militar**. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho. v. 21, n. 1, p. 1388-1397, 2021. <https://dx.doi.org/10.5935/rpot/2021.1.21135>.

OLIVEIRA, L. R. D.; ROMEU, S. D. **Quem descobriu o currículo oculto? Uma reflexão sobre formação na PMERJ**. Giro do Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92- 106, 2019.

OLIVEIRA, T.S.; FAIMAN, C.J.S. **Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos**. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v.19, n.2, p.607-615, 2019. <https://doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>.

PINTO, C.M.; RADON, K.; VAN DIJK, F. **Violence at work and mental distress among firefighters in Guatemala**. Ann Glob Health, 84(3): p. 532-537, 2018. <https://doi.org/10.29024/aogh.2306>.

SILVA, A. F. S. DA; PARIZOTTO, A. P. A. V. **Saúde mental e aspectos da atividade de bombeiro militar em uma cidade catarinense**. Pesquisa em Psicologia - anais eletrônicos, [S. l.], p. 107–122, 2016.

WHO. **World Health Organization. Mental health: strengthening our response**, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em 28 ago. 2023.